

INTRODUÇÃO.....	33
-----------------	----

1

CAPACIDADE INSTITUCIONAL	47
1.1 O argumento das capacidades institucionais	47
1.2 Pressupostos para a utilização do argumento das capacidades institucionais	51
1.3 Cuidados para a utilização do argumento das capacidades institucionais.....	56
1.4 O argumento das capacidades institucionais no Supremo Tribunal Federal.....	58
1.5 Críticas ao argumento das capacidades institucionais	68
1.6 Capacidade institucional instrumental e direito processual.....	73
1.7 Capacidade institucional e litígio estratégico de interesse público.....	78

2

METODOLOGIA	83
2.1 Limites da investigação proposta: uma análise intrainstitucional.....	83
2.2 Os critérios de análise escolhidos	84
2.3 Pesquisa empírica: limites das inferências e critérios de levantamento.....	88

3

OS CONFLITOS DE INTERESSE PÚBLICO	93
3.1 Os conflitos coletivos e a sua desigualdade estrutural	93
3.2 Conflitos políticos e conflitos de massa: o Judiciário como arena de justiça distributiva	101
3.3 Conflitos de grupos de interesses concentrados, dispersos e de distribuição desigual	107
3.3.1 O modelo de duas forças aplicado ao Judiciário norte-americano....	110

3.3.2	O modelo de duas forças aplicado ao processo coletivo brasileiro ...	112
3.4	Conflitos de interesses difusos, coletivos <i>stricto sensu</i> e individuais homogêneos	115
3.4.1	Os interesses essencialmente coletivos.....	115
3.4.2	Os interesses acidentalmente coletivos	122
3.4.3	As críticas às categorias legais	125
3.5	Litígios transindividuais de difusão global, local e irradiada.....	133
3.6	Os conflitos de interesse público	138
3.7	Um exemplo: o conflito sobre a tarifa básica de assinatura de telefonia.....	141

4

A CAPACIDADE INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO	159
4.1 A análise institucional comparativa e Neil Komesar	159
4.2 Independência e imparcialidade	160
4.2.1 A percepção de imparcialidade e a independência: um ideal a ser perseguido	164
4.3 Formalismo e os custos de acesso e participação	171
4.3.1 Os dados sobre percepção dos custos do processo brasileiro.....	176
4.4 As dificuldades para a tomada de decisões em conflitos políticos de larga escala (<i>competence</i>)	180
4.5 Limitada possibilidade de crescimento em escala	183
4.6 Acesso à Justiça com acesso à justiça: os desafios distributivos e redistributivos do Judiciário	197
4.6.1 O modelo processual tradicional e sua incapacidade de conhecer e julgar conflitos distributivos	198
4.6.2 Acesso à justiça como recurso escasso: a necessária redistribuição	202
4.6.3 O Judiciário consegue atuar como instituição (re)distributiva?	206

5

O DIREITO INGLÊS	211
5.1 O direito inglês	211
5.2 O Poder Judiciário no Reino Unido	214
5.3 A <i>multi-party litigation</i>	218

5.4	As ações representativas.....	220
5.4.1	As ações representativas do art. 19.8 do <i>Civil Procedure Rule</i> (CPR) (1998)	220
5.4.2	As ações representativas do <i>Competition Act</i> (1998).....	225
5.4.2.1	Requisitos para a certificação da ação representativa concorrencial	228
5.5	Os mecanismos de <i>case management</i> de demandas individuais	236
5.5.1	A <i>Group Litigation Order</i> (GLO)	239

6

O PROCESSO COLETIVO	251
6.1 <i>Performance</i> judicial.....	251
6.1.1 Processo coletivo e acesso à justiça	251
6.1.2 O processo estrutural: a aposta na capacidade (re)distributiva do Judiciário.....	257
6.1.3 A representação de coletividades de interesses dispersos	267
6.1.3.1 Representação-força: paridade de armas pela escolha de um grande litigante.....	271
6.1.3.1.1 Ministério Público	274
6.1.3.1.2 Defensoria Pública	287
6.1.3.1.3 Associações civis.....	293
6.1.3.2 O controle judicial da representação-força.....	299
6.1.3.3 Representação adequada: a conexão com o grupo representado.....	305
6.1.3.4 O caso Rio Doce	316
6.1.4 O formalismo processual	325
6.1.5 O processo como instrumento de dissimulação da deferência.....	332
6.1.6 Suspensão da segurança: deferência ou bloqueio institucional?	341
6.1.7 Decisão estruturante: a deferência calibrada	350
6.2 Os efeitos da decisão.....	358
6.2.1 A execução coletiva: os desafios da transformação social.....	358
6.2.1.1 Modelos de monitoramento da implementação da decisão e independência judicial.....	364
6.2.1.2 Efeitos da intervenção judicial coletiva	374

6.2.1.3	O caso creche.....	378
6.2.2	Os problemas gerenciais do processo coletivo	394
6.2.2.1	O triunfo da suspensão das demandas individuais e os custos de participação.....	394
6.2.2.2	As execuções individuais dos interesses individuais homogêneos.....	404
6.2.2.3	O caso Transtorno do Espectro Autista (TEA)	415
6.3	Capacidade institucional do Judiciário e processo coletivo	426
 7		
	O JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS	429
7.1	Performance judicial.....	429
7.1.1	O julgamento dos casos repetitivos: técnica para gestão de conflitos de interesse público judicializados em demandas individuais de chave coletiva	429
7.1.2	Legitimidade: o Judiciário administrando sua própria capacidade gerencial.....	442
7.1.3	O déficit de representatividade adequada.....	448
7.1.3.1	Dados sobre afetação de recursos especiais repetitivos no STJ	456
7.1.4	Os terceiros interessados	466
7.1.4.1	As partes dos processos sobrestados.....	467
7.1.4.2	<i>Amicus curiae</i>	472
7.1.4.2.1	Dados sobre <i>amicus curiae</i> e consumo bancário no STJ	480
7.1.4.3	Ministério Público e Defensoria Pública.....	488
7.1.4.4	Audiência pública.....	496
7.1.5	Os custos de participação em um sistema desigual	504
7.1.6	A centralização decisória	509
7.1.7	O “Judiciário gestor” e o viés minoritário.....	512
7.1.8	Tese jurídica: os precedentes à brasileira	520
7.1.9	Decisão: resposta comutativa pela sumularização da tese jurídica ...	525
7.2	Os efeitos da decisão.....	529
7.2.1	A publicidade da tese jurídica.....	529
7.2.2	A aplicação da tese jurídica.....	533

7.2.3	As técnicas de aceleração decisória.....	539
7.2.4	Os impactos sobre o litígio.....	545
7.2.4.1	Dados sobre os efeitos da fixação da tese jurídica para a trajetória do conflito.....	548
7.2.5	As agências reguladoras.....	558
7.2.6	Os impactos sobre a litigiosidade.....	562
7.3	A capacidade institucional do Judiciário no julgamento dos casos repetitivos.....	565
8		
	ANÁLISE PROCESSUAL COMPARATIVA.....	569
8.1	Direito brasileiro e direito inglês.....	569
8.1.1	Processo coletivo e ações representativas.....	570
8.1.2	Julgamento de casos repetitivos x <i>group litigation order</i>	572
8.2	Processo coletivo e julgamento de casos repetitivos.....	579
8.2.1	Fatores históricos e finalidade.....	579
8.2.2	Os custos de participação e as escolhas políticas sobre legitimidade e representação.....	581
8.2.3	Imparcialidade judicial: entre bloqueios e vieses.....	587
8.2.4	Possibilidades de deferência judicial e a necessidade da análise institucional comparativa.....	591
8.2.5	O julgamento coletivo do interesse público e as dificuldades de implementação de decisões.....	595
8.2.6	“Judiciário gestor” e a escassez do acesso à justiça.....	599
	CONCLUSÕES.....	601
	REFERÊNCIAS.....	605
	ANEXOS.....	649
	Anexo I – Lista dos processos do Supremo Tribunal Federal analisados no item 1.4, do Capítulo I.....	649
	Anexo II – Civil Procedure Rules – England and Wales.....	652
	Anexo III – Competition Act 1998.....	655
	Anexo IV – Roteiro de entrevista semiestruturada.....	658